

Anexo 1 – Processo de Desenvolvimento do Plano de Investimento

Em 11 de agosto de 2022, o Brasil submeteu uma Manifestação de Interesse ao Programa Natureza, Povos e Clima (NPC) do *Climate Investment Funds* (CIF). A Manifestação de Interesse do Brasil foi elaborada de forma conjunta entre Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério da Economia (ME). A Manifestação de Interesse do Brasil foi organizada em três pilares: Pilar I: Conservação e Recuperação de Ecossistemas Degradados – Foco em atividades de conservação da cobertura vegetal nativa e recuperação de áreas degradadas; Pilar II: Bioeconomia e Cadeias de Valor Sustentáveis – Apoio às economias locais, com atenção especial às mulheres, comunidades tradicionais e minorias, enquanto protege o meio ambiente; e Pilar III: Produção Agrícola de Baixo Carbono – Incentivo à agricultura de baixo carbono para reduzir o desmatamento, mitigar emissões e aumentar a resiliência climática na produção agrícola (Anexo 2).

Em 9 de dezembro de 2022, em resposta à Manifestação de Interesse, o CIF convidou o Brasil a participar do Programa de Investimento do “Natureza, Povos e Clima (NPC)”, com o apoio dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDB). No caso do Brasil os MDBs envolvidos são o Banco Internacional de Desenvolvimento e Reconstrução - Banco Mundial, *International Finance Corporation* – IFC, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o BID Invest.

De 4 a 6 de setembro de 2023 foi realizada, em Brasília, a Missão de Escopo (*Scoping Mission*) que teve como objetivos:

- (i) propor atividades para apoio potencial através do Plano de Investimento (PI) do NPC Brasil – que servirão de base e referência para a definição da linha de atuação do PI;
- (ii) identificar as instituições ou agências governamentais com interesse potencial nas áreas programáticas relevantes do NPC e funções relacionadas; e
- (iii) coletar insumos para elaboração do Termo de Referência para a Preparação do Plano de Investimento do NPC Brasil. Participaram da *Scoping Mission* cerca de 30 pessoas representando Bancos Multilaterais de Desenvolvimento – MDBs (Banco Mundial, *International Finance Corporation* – IFC, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) e Ministérios (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, Ministério da Fazenda – MF, Ministério da Igualdade Racial – MIR, Ministério dos Povos Indígenas), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e GIZ - Agência de Cooperação Técnica da Alemanha.

A partir dos Pilares apresentados na Manifestação de Interesse, foram indicadas as áreas geográficas prioritárias a serem consideradas para o Plano de Investimento. Três áreas contíguas do território brasileiro foram priorizadas: a região do MATOPIBA (composta pelo território do estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia), a bacia hidrográfica do Tocantins Araguaia na região de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia e o bioma Caatinga. Estas regiões prioritárias são apresentadas no mapa abaixo:

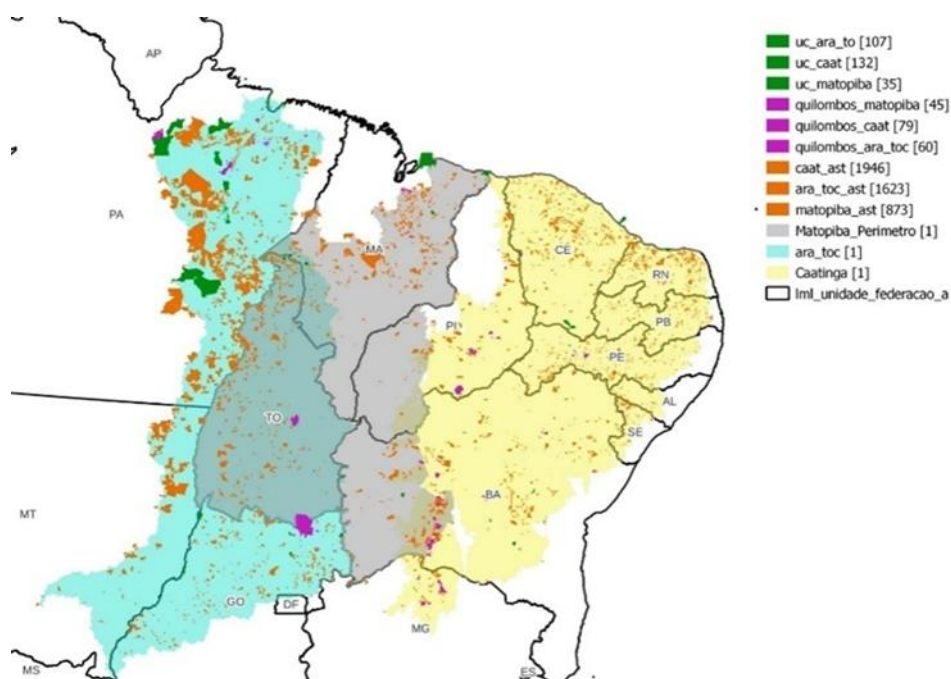


Figura. Áreas definidas pela Missão de Escopo (*Scoping Mission*) como territórios prioritários para o desenvolvimento do Plano de Investimento do NPC Brasil.

Essa Missão identificou, também, como tema prioritário para o Plano de Investimento a restauração florestal. O Relatório completo da Missão de Escopo (*Scoping Mission*) encontra-se no Anexo 3 deste Plano de Investimento.

Em 21 de setembro de 2023, o Ministério da Fazenda indicou como Ponto Focal do processo de preparação do Plano de Investimento para o Brasil do Programa Natureza, Povos e Clima (NPC) o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, organização integrante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA. \

Em linha com as diretrizes do CIF/NPC, foi formado um Grupo de Acompanhamento - GA para apoiar e coordenar a preparação do PI. O GA é formado por representantes dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Serviço Florestal Brasileiro e Ministério da Fazenda. O Ministério da Economia é o ponto focal do Brasil para o Climate Investment Funds e coordena o processo de preparação do PI. O Banco Mundial é o banco líder para a preparação do Plano de Investimento, incluindo a gestão dos recursos de apoio a preparação do plano de investimento.

Com o objetivo de apoiar o Grupo de Acompanhamento na definição da área geográfica e do tema foco do Plano de Investimento do NPC Brasil, em abril de 2024, foi apresentado o relatório contendo a matriz de análise multicritérios cruzando informações sobre os critérios e indicadores do NPC com as três áreas geográficas anteriormente propostas (Caatinga, Bacia Tocantins Araguaia e MATOPIBA). A análise também buscou subsídios para indicar a prioridade entre os três pilares indicados na Expressão de Interesse. Como parte deste processo foram realizadas entrevistas com cerca de 30 pessoas de instituições governamentais e organizações da sociedade civil (organizações não governamentais socioambientais, empresas e instituições financeiras e do mercado de capitais/fundos). As entrevistas com os *stakeholders* buscaram informações relacionadas: à opção territorial que maior impacto provoca; a que mais elementos sociais e ambientais restaure ou preserve; e, também, a que mais benefícios climáticos

internacionais entregue, inclusive em relação a oferta hídrica e recomposição de áreas já desmatadas e não apenas para frear desmatamentos.

A partir da análise das informações e da escuta com os *stakeholders*, o governo brasileiro em acordo com o Grupo de Acompanhamento definiu como foco do Plano de Investimento do NPC Brasil o cenário de atuação em restauração da vegetação na Bacia Hidrográfica Tocantins Araguaia. O Relatório completo com o Pré Diagnóstico encontra-se no Anexo 4.

A partir da definição do tema (restauração de ecossistemas degradados) e do território de interesse (Bacia Hidrográfica Tocantins Araguaia), foi desenvolvido um diagnóstico (Anexo 5) e selecionado um conjunto de critérios que serviram como um filtro para identificar dentro da Área de Interesse, o território a ser considerado para a formulação do Projeto-Alvo do Plano de Investimentos do NPC-Brasil. Esta priorização se deu considerando que:

(i) A Bacia do Tocantins Araguaia é uma região com 967 Km² que perfaz 11% do território brasileiro.

(ii) A Bacia do Tocantins Araguaia abrange territórios de 453 municípios nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Distrito Federal.

(iii) Apresenta os biomas do Cerrado e Floresta Amazônia.

(iv) Os recursos para o Programa NPC Brasil possibilitarão maior possibilidade de sucesso e impacto se focados em uma região e, ou município.

(v) O projeto deve ser escalado a partir do desenvolvimento de um modelo replicável - foram identificados 2 (dois) critérios que objetivaram priorizar a seleção de município(s) chave para a elaboração do diagnóstico e posterior desenvolvimento do Plano de Investimento. São eles:

(a) Cálculo das áreas desmatadas nos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica Tocantins Araguaia:

Os cálculos foram elaborados a partir de análises espaciais, com dados vetoriais georreferenciados, em um software livre de geoprocessamento (o Quantum GIS), e posteriormente organizados em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel. As fontes utilizadas dos dados foram: PRODES¹, Vegetação Secundária², Limite da Bacia³ e Limites municipais⁴ (Anexo 6).

Por meio das análises, calculou-se o percentual da área de desmatamento PRODES dentro dos limites de cada município em suas áreas territoriais totais e desmatamento em cada município em suas áreas territoriais dentro da bacia Tocantins Araguaia. Para os biomas Amazônia e Cerrado contam as áreas de desmatamento de cada bioma ao longo do tempo, sendo o ano zero o que o PRODES considera o “ano de desmatamento acumulado” (2007 para Amazônia, 2000

¹ PRODES: arquivos vetoriais do incremento do desmatamento anual nos biomas brasileiros (<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>).

² Vegetação Secundária: áreas recuperadas sobre desmatamentos mapeados pelo PRODES (<https://www.terraclass.gov.br/geoportal-aml/>)

³ Limite da bacia: arquivo vetorial do limite da bacia hidrográfica Tocantins Araguaia ([https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-](https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=informacoes_ambientais/estudos_ambientais/bacias_e_divisoes_hidrograficas_do_brasil/2021/Bacias_Hidrograficas_do_Brasil_BHB250/vetores/)

[geociencias.html?caminho=informacoes_ambientais/estudos_ambientais/bacias_e_divisoes_hidrograficas_do_brasil/2021/Bacias_Hidrograficas_do_Brasil_BHB250/vetores/](https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=informacoes_ambientais/estudos_ambientais/bacias_e_divisoes_hidrograficas_do_brasil/2021/Bacias_Hidrograficas_do_Brasil_BHB250/vetores/)).

⁴ Limites municipais: arquivos vetoriais dos limites municipais do IBGE 2020 (<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>).

para os demais), em cada município em suas áreas territoriais totais e nas áreas dentro da Bacia Tocantins Araguaia.

(b) A existência de Políticas públicas, planos nacionais, estaduais e municipais de controle e combate ao desmatamento, assim como programas relacionados à restauração, sejam existentes ou em processos de elaboração, foram também analisados e considerados como base para seleção do território a ser trabalhado.

Uma das políticas utilizadas para a proposição de municípios prioritários foi o “Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia”⁵. Segregou-se, portanto, aqueles do Programa que estão incluídos dentro da Bacia Tocantins Araguaia.

Nessa fase também foram realizadas cinco entrevistas com foco em gênero e inclusão social com atores governamentais e da sociedade civil que atuam no tema da restauração e mudanças climáticas, permitindo que novas abordagens e perspectivas fossem incluídas na análise e proposta do PI.

Como parte do processo de preparação do Plano de Investimento, foi organizado o Seminário Técnico realizado ao longo do dia 28 de maio de 2024 em Belém, Pará. Do Seminário participaram a equipe de consultoria do Banco Mundial e pessoas/organizações de diversos setores – público, privado e sociedade civil com o intuito de contribuir no aprimoramento do Diagnóstico proposto para o Programa NPC Brasil. Participaram do Seminário Técnico NPC Brasil 40 pessoas, sendo 34 de forma presencial e 6 acompanharam a programação da parte da manhã (apresentações), de forma remota. Os principais objetivos do Seminário Técnico foram:

(i) Apresentar e discutir a Teoria da Mudança e o Diagnóstico da região da Bacia Tocantins Araguaia para atores sociais chaves;

(ii) Obter insumos para avançar na preparação do Plano de Investimentos; e

(iii) Validar o diagnóstico e ampliar a consulta de informações e dados relevantes para a atual fase do Projeto NPC-Brasil. O relatório completo do Seminário é o Anexo 7.

A partir do território preestabelecido da Bacia Hidrográfica Tocantins Araguaia – que possui municípios nos biomas do Cerrado e da Amazônia, considerou-se também, para definição do território final alvo das ações futuras do Programa NPC Brasil a região denominada Arco do Desmatamento. O termo conhecido como Arco de Desmatamento compreende a região onde se encontram os maiores índices de desmatamento da Amazônia. É um território que vai do oeste do Maranhão e sul do Pará em direção a oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre, e atualmente corresponde ao território de 256 municípios que concentram aproximadamente 75% do desmatamento da Amazônia. Dos 256 municípios 156 encontram-se na Bacia Tocantins Araguaia.

Pretende-se que as ações de restauração ambiental a serem implementadas pelo Programa NPC Brasil agreguem àquelas que querem transformar o Arco do Desmatamento em Arco da Restauração.

⁵ Portaria GM/MMA Nº 1.030, de 3 de abril de 2024. Dispõe sobre o Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais e cria a Comissão União com Municípios.

Os detalhes em relação ao território estão no item IV deste Plano de Investimento - Descrição do Programa – Contribuição do CIF NPC para a transição do Arco do Desmatamento ao Arco da Restauração na Bacia Tocantins Araguaia.

Em 30 de outubro de 2024, na oportunidade do evento de encerramento do Plano de Investimento do Brasil para o Programa de Investimento Florestal (FIP), em Brasília, foi apresentado o processo de preparação do PI e a proposta de tema e área geográfica. No evento estavam presentes representantes governamentais e representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais do bioma Cerrado.